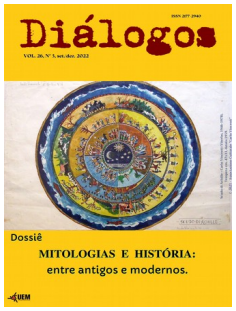

Diálogos

ISSN 2177-2940

Celebrando a nação: as comemorações cívicas e a legitimação do estado autoritário varguista na cidade do Natal-RN (1937-1945)

https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i3.61803

Andressa Barbosa de Farias Leandro

https://orcid.org/0000-0001-7752-6359

Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa-PB, BR E-mail: andressa-leandro@hotmail.com

Iranilson Buriti de Oliveira

https://orcid.org/0000-0001-8176-6670

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande-PB, BR E-mail: iburiti@yahoo.com.br

Celebrating the nation: civic celebrations and the legitimation of the Varguista authoritarian state in the city of Natal-RN (1937-1945)

Abstract: The Estado Novo made extensive use of political propaganda in order to legitimize the exercise of power and gain the support of broad sectors of society. Among the various propaganda strategies used during this period, we highlight civic celebrations, which constituted a powerful tool for population control. While "invented traditions", these civic festivities fulfilled the function of spreading the values of the nation and creating a national identity for the "new" Brazil that was being built by Getúlio Vargas. Thus, they mobilized, throughout the country, a large number of people, especially young ones, the target of attention of the managers of the civic culture of the Estado Novo. Therefore, the objective of this work is to analyze the civic ceremonies held in the city of Natal-RN in the period of the Vargas authoritarian state, through the problematization of news linked in the newspapers A República and A Ordem, circulating in the city of Natal in this chronological interval.

Key words: Civic celebrations; Estado Novo; Political advertising.

Celebrando la nación: celebraciones cívicas y la legitimación del estado autoritario varguista en la ciudad de Natal-RN (1937-1945)

Resumen: El Estado Novo hizo un amplio uso de la propaganda política para legitimar el ejercicio del poder y obtener el apoyo de amplios sectores de la sociedad. Entre los diversos dispositivos de propaganda utilizados durante este período, destacamos las celebraciones cívicas, que constituyeron una tecnología de poder para el control de la población. Como "tradiciones inventadas", estas fiestas cívicas cumplían la función de difundir los valores de la nación y crear una identidad nacional para el "nuevo" Brasil que Getúlio Vargas estaba construyendo. Así, movilizaron, en todo el país, un gran número de personas, especialmente jóvenes, objeto de atención de los gestores de la cultura cívica del Estado Novo. Por tanto, el objetivo de este trabajo es analizar las ceremonias cívicas realizadas en la ciudad de Natal-RN en el período del estado autoritario varguista, a través de la problematización de las noticias vinculadas en los diarios A República y A Ordem, que circulan en la ciudad de Natal en este corte cronológico.

Palabras clave: Ciudad de Natal; Fiestas cívicas; Nuevo estado; Publicidad política.

Celebrando a nação: as comemorações cívicas e a legitimação do estado autoritário varguista na cidade do Natal-RN (1937-1945)

Resumo: O Estado Novo fez largo uso da propaganda política, com a finalidade de legitimar o exercício de poder e conquistar o apoio de amplos setores da sociedade. Dentre os vários dispositivos de propaganda utilizados durante esse período destacamos as comemorações cívicas, que se constituíam em uma tecnologia de poder para o controle da população. Enquanto "tradições inventadas" essas festas cívicas cumpriam a função de difundir os valores da nação e criar uma identidade nacional para o "novo' Brasil que estava sendo edificado por Getúlio Vargas. Destarte, mobilizavam, em todo país, um grande número de pessoas, principalmente os jovens, alvo da atenção dos gestores da cultura cívica do Estado Novo. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as cerimônias cívicas realizadas na cidade do Natal-RN no período do Estado autoritário varguista, por meio da

problematização das notícias vinculadas nos jornais A República e A Ordem, circulantes na cidade natalense nesse recorte cronológico.

Palavras-chave: Cidade do Natal; Comemorações cívicas; Estado Novo; Propaganda política.

Recebido em: 09/12/2021
Aprovado em: 23/05/2022

Rio de Janeiro, manhã do dia 10 de novembro de 1937. Sob os primeiros raios do sol, os leitores do *Diário Oficial* leem a publicação do texto de uma nova Constituição. Novos códigos políticos, de postura e educativos são escriturados para a Nação. Nesse mesmo dia, as tropas do Exército cercam o Congresso Nacional e o dissolvem, colocando em suspeição os homens que legislavam. Na noite desse mesmo dia 10, novas notícias são transmitidas pelas rádios. Pessoas de diversas regiões do país escutam o discurso envolvente e pedagógico do então presidente da República Getúlio Vargas que, em sua narrativa, afirma que a instalação do novo regime foi necessária para a manutenção da estabilidade social. Entre silêncios dos rádio-ouvintes, vozes de aprovações e ecos de reprovações, estava instaurado o Estado Novo.

Comentando sobre o 10 de novembro de 1937, Parada (2009) argumenta que o novo regime tinha como prioridade fazer a "pacificação" da vida pública brasileira devido à longa trajetória de instabilidade que assolava o país, visto que entre os anos de 1930 e 1936 ocorreram vários motins, marchas e revoltas em vários pontos do país, a exemplo do Movimento Constitucionalista de São Paulo, ocorrido em 1932 e o Levante Comunista no ano de 1935. Para o autor, o processo de "pacificação" do domínio público estava diretamente associado a modelos de "civilidade" e a um esforço pedagógico para a propagação de comportamentos de autocontenção e disciplina:

> A cultura cívica construída pelo regime de 1937, preocupada com a "pacificação" e a "civilidade", demarcou uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a vida privada da população, principalmente o público urbano. A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira (PARADA, 2009, p. 10).

Nesse contexto de "pacificação", o autor destaca a elaboração de um calendário cívico, um dos recursos propagandísticos mais estratégicos utilizados pelo Estado. Esse calendário, que foi elaborado nos primeiros anos do Estado Novo, abrangia datas comemorativas, tais como: o Dia de Tiradentes, Dia do Trabalho, Dia da Bandeira, Aniversário do Estado Novo, Semana da Pátria, Dia da Juventude, entre outras. Esse corolário cerimonial cumpria a função de encenar os valores cívicos pretendidos pela ordem política do novo regime, criando gestos e emitindo vozes que deveriam ser reproduzidos por escolas e outras instituições.

Partimos do pressuposto que as cerimônias cívicas são tecnologias de poder que incidiram

sobre os corpos dos sujeitos sociais para garantir a soberania e a estabilidade do Estado brasileiro, entre os anos de 1937-1945. Para tanto, nos ancoramos nos pressupostos teóricos de Foucault (1987, 2004) para compreendermos como as cerimônias cívicas inscreveram os códigos de "pacificação" e "civilidade" nos corpos desses sujeitos. Para o autor, o poder não é algo que se possui ou se detém, mas sim, algo que circula em toda a sociedade, em todos os lugares e entre os indivíduos, os quais estão sempre em posição de exercê-lo como também de sofrer a sua ação, visto que os mesmos não são "o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles" (2004, p. 193).

Nas cerimônias cívicas, a confluência de saberes e técnicas era visível, associada ao gerenciamento das multidões, técnicas de registro e observação (PARADA, 2009). Eram:

> [...] instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber (FOUCAULT, 2004, p. 186).

Natal, Rio Grande do Norte. Recepcionando as escrituras getulistas do Estado Novo, escolas, professores, alunos e órgãos dos governos (estadual e municipal) criam espaços e atmosferas para festejar. Diante dessa realidade potiguar, nosso objetivo é problematizar as comemorações cívicas realizadas na cidade do Natal-RN, durante o período do Estado Novo, questionando como essas festividades cumpriam os objetivos de "pacificação" e "civilidade" pretendidos pelo projeto político do novo regime. Para tanto, analisamos as reportagens que versavam sobre as comemorações cívicas, publicadas nas páginas dos jornais *A Ordem* e *A República*[1], ambos circulantes na cidade do Natal, nesse período. A escolha da espacialidade justifica-se pelo fato de, na capital do Rio Grande do Norte, o nacionalismo e o patriotismo ganharem contornos diferenciados de outras cidades devido aos delineamentos da 2ª Guerra Mundial que levaram a construção de uma base aérea militar norte-americana na cidade.

Contextualizando a cidade do Natal nas décadas de 1930 e 1940

No ano de 1937, a população natalense era estimada em aproximadamente 47.000 habitantes, o estado norte-rio-grandense era governado pelo interventor Rafael Fernandes Gurjão, que se encontrava no comando estadual desde 1935. Já a administração municipal era orquestrada

1 Faz-se necessário esclarecer que o jornal *A República* se constituía em um órgão oficial do governo do Estado do Rio Grande do Norte, enquanto o jornal *A Ordem* era de orientação católica, apoiador do Estado Novo.

pelo engenheiro Gentil Ferreira[2] (SOUSA, 2013).

Segundo Pedreira (2004), a cidade Natal, durante as primeiras décadas do século XX, passava por um processo de crescimento e urbanização, evidenciado entre outras coisas, pela execução de projeto de saneamento, pela prosperidade das casas comerciais dos bairros da Ribeira e Cidade Alta, pela criação de novos serviços urbanos e pelos bondes que trilhavam as ruas calçadas. Nesse período também foram iniciadas as obras para o abastecimento de água potável, fruto do projeto elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito. Entretanto, esse processo de urbanização não ocorreu de forma uniforme e nem foi extensivo para toda a população.

Diversas interpretações justificam as mudanças ocorridas na cidade potiguar nesse período. Parte da produção acadêmica[3] defende a interpretação de que Natal era uma cidade atrasada e provinciana e que, somente, conheceu o progresso com a "chegada dos americanos" que teriam trazido consigo a "modernidade", quando de sua estadia em terras potiguares durante os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Alguns estudos[4] relacionam a prosperidade econômica ao "boom" do algodão, ocorrido no fim do século XIX, que após o declínio da cana-de-açúcar, se firmara como o principal produto agrícola de exportação do Estado Norte-rio-grandense, impulsionando as indústrias têxteis nacionais. Outros autores[5] argumentam que essa prosperidade é resultado de uma política de planejamento empreendida pelo governo federal durante a segunda metade da década de 1920, que tinha como objetivo a intervenção na economia nordestina (PEDREIRA, 2004).

A maior utilização do porto para o escoamento da produção algodoeira para outros estados resultou na valorização do bairro da Ribeira e seus arredores, promovendo uma intensa movimentação no local e, consequentemente, "a construção de novos edifícios, abertura de casas comerciais e bancárias, inauguração de casas de espetáculos, além dos famosos cafés-concerto, cabarés e pontos de jogos. O calçamento da cidade expandia-se [...] levando consigo o prolongamento das linhas de bonde" (PEDREIRA, 2004, p.11).

Pedreira (2004) argumenta que a posição geográfica do Estado do Rio Grande do Norte, vista como estratégica, no período da Segunda Guerra, para os avanços das tropas aliadas contra as tropas do Eixo no continente africano, possibilitou o desembarque de soldados e oficiais americanos

2 Gentil Ferreira Souza assumiu o comando da prefeitura municipal entre os anos de 1935 e 1940, sendo sucedido por Joaquim Inácio de Carvalho Filho (1941) e Mário Eugênio Lira (1942-1943) (SOUSA, 2013).

3 *Os americanos em Natal,* de autoria de Lenine Pinto (1976); *Contribuição norte-americana à vida natalense,* de Protásio Pinheiro de Melo (1993); *Impacto urbano de uma base militar: a mobilização militar em Natal durante a 2ª Grande Guerra*, de Maria do Livramento Miranda Clementino (1995); entre outros.

4 A exemplo do estudo de Denise Takeia, intitulado, *A produção do algodão no Rio Grande do Norte*, publicado no ano de 1990.

5 Janice Theodoro da Silva, *Raízes da ideologia do* planejamento: Nordeste (1978); Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes* (1985); dentre outros.

na cidade do Natal, visando à construção da base aérea militar norte-americana[6], afetando dessa forma, o cotidiano da população local. A autora ressalta ainda, que a chegada dos civis e militares norte-americanos coincidiu com o fluxo migratório do interior para a capital, devido a seca, dobrando assim a população da cidade, o que resultou em uma crise imediata de abastecimento de alimentos dentre outros, acompanhada do aumento elevado de preços, sobretudo, no setor imobiliário. A partir do ano de 1942, a cidade passou a conviver com os black-outs, o apagamento de todas as luzes da cidade e a paralisação dos transportes. Tratava-se de um treinamento "pedagógico" contra os possíveis ataques aéreos.

No que se refere à educação, Costa (2015), baseado no censo de 1940, mostra que 80% da população era analfabeta e cerca de 90% das crianças em idade escolar não tinham acesso à escola. Todavia, a realidade dos filhos da elite natalense era outra, pois conforme atesta Marinho (2008), aos jovens, oriundos das classes mais abastadas, era indispensável a instrução. O Atheneu Norte-rio-grandense, escola referencial em ensino secundário na cidade do Natal, cumpria a função de ministrar a educação secundária para esses jovens, que aprendiam noções de civilidade e patriotismo. As cores e as vozes nacionalistas estavam presentes no corpo e nos gestos dos escolares.

Já para os jovens das classes menos favorecidas economicamente, filhos de jornaleiros, pedreiros, motoristas, pequenos comerciantes, marceneiros, serralheiros, operários, agricultores e funcionários públicos, era destinado o ensino pré-vocacional e profissional, garantido pela Carta Constitucional de 1937. Buscando a inserção profissional no mercado de trabalho, esses jovens ingressavam no Liceu Industrial, que oferecia cursos de Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia (SOUSA, 2013). Portanto, os passos dos jovens eram disciplinados pelo lócus educacional que frequentavam.

Mas, independentemente da condição social, os jovens, assim, como os trabalhadores e militares, foram mobilizados e envolvidos no projeto político instaurado pelo Estado Novo (PARADA, 2009). A propaganda política desenvolvida durante a nova ordem política foi responsável por disseminar e interiorizar a ideologia do "autocontrole" entre os sujeitos sociais, fazendo com que os mesmos se comportassem conforme os valores da ordem dominante. "Generalizadas pela propaganda as ideias oficiais se introduziram e impregnaram todas as camadas da sociedade, integrando-as e assegurando a sua coesão" (GARCIA, 2005).

6 A base aérea norte-americana, criada através do Decreto 4142 de 02 de março de 1942, foi instalada em Parnamirim, a poucos quilômetros de Natal. Iniciou as suas atividades no mês de agosto de 1942, possibilitando que os Estados Unidos transferissem seu quartel-general do Atlântico Sul da Guiana Inglesa para Natal (PEDREIRA, 2004).

O calendário cívico e a "invenção" das novas tradições

Natal, 16 horas do dia 19 de novembro de 1941. As autoridades civis, militares, representantes dos segmentos sociais, escoteiros, alunos dos estabelecimentos de ensino da cidade e o povo em geral encontravam-se reunidos na Praça Sete de Setembro para participar de mais um espetáculo cívico. Após o Dia da Juventude, a Independência do Brasil e o Aniversário do Estado Novo, chegara a hora de render homenagens ao "símbolo augusto da paz". Embalados pelo som do hino nacional, executado pelas bandas de música dos militares e dos escoteiros, a população contemplava empolgada o hasteamento do pavilhão nacional. No alto do mastro, desfraldada ao vento, com seu quarteto de cores iluminado pelos últimos raios solares, a bandeira tremulava no céu, celebrando um "tempo de paz e prosperidade" inaugurado pelo Estado Novo.

Segundo Schemes (2013), Getúlio Vargas considerava seu regime representativo de uma "nova" ordem política, social e econômica. Para os ideólogos do regime, a chegada revolucionária de Vargas ao poder, em 1930, transformaria a sociedade de forma radical, era o início de um novo tempo. O "novo" era a palavra de ordem do regime, para dar uma feição renovadora e revolucionária às ações empreendidas pelo novo líder da nação, já o passado representava o "velho", o atraso que seria ultrapassado pelas novas ideias e realizações do novo regime:

> O Brasil passava a ser um país 'diferente' em suas formas, estruturas e fins, tendo a realização do homem como objetivo final. O novo regime buscava a humanização do Estado, que nasceria da crise pela qual o mundo estava passando e que seria superada, no Brasil, com o nascimento do "homem novo", pois o novo regime traria as condições propícias para seu advento, ou seja, o novo governo instituído por Vargas era considerado a solução de muitos dos problemas existentes no país (SCHEMES, 2013, p. 339).

As festas cívicas comemoravam o "novo", sendo um dispositivo de poder visto como fundamental para a conservação da memória nacional. Até mesmo as antigas manifestações cívicas eram ressignificadas sob o signo de novidade. Revestidas de um caráter pedagógico, elas possibilitavam a transmissão e a perpetuação dos valores pretendidos pelo novo regime, marcando a cartografia brasileira como se fosse um novo tempo, uma nova dimensão política. O discurso pedagógico educacional, disciplinava, assim, o caráter do "homem ideal", educava seus passos e monitorava seus gestos tanto no território escolar quanto fora dele, treinava os aprendizes mediante o discurso da ordem e do civismo. O discurso cívico-militarizante, muito presente nas comemorações da Independência do Brasil, em 7 de setembro, ordenava a família a partir da infância, produzindo um homem capaz de defender a pátria aprendendo a defender a família.

O calendário cívico implantado durante o Estado Novo era o fundador de um novo tempo civilizador, de uma memória coletiva e também de um modelo para as virtudes públicas. Ele fixou

um significado tanto para a comunidade local (Natal) quanto para a nacional, que deveria ser guardado na memória e vivenciado por intermédio das cerimônias cívicas, possibilitando ao regime "demarcar tempos e lugares, nos quais Vargas e o Estado Novo podiam ser reconhecidos por sua importância e indispensabilidade na luta pela manutenção da soberania e do Estado-nação" (PARADA, 2009, p. 27).

O novo calendário se diferenciava do que vigorava durante a República Velha, uma vez que houve a inclusão de novas datas, a exemplo do Dia da Juventude, Aniversário do Estado Novo, e a exclusão de outras, a exemplo do 14 de Julho, data relacionada às tradições francesas na qual era comemorado como o dia da Liberdade e Independência das Américas. Essas datas são frutos de "tradições inventadas", um processo de ritualização e formalização que se refere ao passado, impondo práticas fixas, como a repetição. Em outras palavras:

> Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Posto isso, compreendemos que as datas comemorativas são perpassadas por um conjunto simbólico, composto por rituais, mitos, símbolos e normas de comportamentos que são constantemente ritualizados e repetidos durante as cerimônias cívicas, a fim de dar legitimidade e continuidade ao regime autoritário varguista. Não obstante, as "tradições inventadas" incluem tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas, quanto aquelas que surgem repentinamente e da mesma forma se estabelecem, permanecendo tal como as outras, como se sua origem fosse remota, ainda que durem relativamente pouco (HOBSBAWM, 1997), a exemplo das novas datas inseridas no novo calendário cívico.

Cabe ressaltar que o processo de alteração do tempo cívico iniciara em 1930. Já em dezembro do primeiro ano do governo provisório, ocorreu a revisão do calendário cívico, abolindo o 14 de Julho como feriado nacional. Essa mudança aponta para uma nacionalização do tempo cívico, tornando-o mais brasileiro e menos influenciado pelos eventos estrangeiros. Também foram excluídas as datas de 24 de Fevereiro, que comemorava a promulgação da Constituição de 1891 e o 13 de Maio associado à luta abolicionista e comemorado como o dia da Fraternidade Nacional. Este novo calendário, ao mesmo tempo em que instaurava uma nova temporalidade cívica, contribuía também para incorporar as massas, por meio dos mecanismos de "pacificação" e "civilidade", para comemorar as efemeridades estabelecidas pelo Estado (PARADA, 2009).

Desfiles para a juventude: adestrando o corpo juvenil para adequá-lo a nova ordem política

Departamento de Educação da cidade do Natal. Reunidos para pensarem as solenidades da Semana da Pátria de 1944, um corpo político-educativo formado por Severino Bezerra de Melo, diretor do Departamento de Educação, pelos representantes da Liga de Defesa Nacional, de estabelecimentos de ensino secundário e primário da cidade, por membros de associações desportivas e por lideranças escoteiras, decidem o que é melhor para engrandecer a pátria e o torrão local. Entre ideias expostas, concordâncias e discordâncias, foi estabelecido um calendário a ser seguido na Semana da Pátria.

Embora, as cerimônias ou festas cívicas fossem organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o município de Natal, por meio do seu Departamento de Educação, era responsável pelos preparativos e execução do programa geral, pelo menos é o que deixa claro a Nota Oficial, publicada no jornal *A República*, no dia 02 de setembro de 1944:

> Em reunião realizada no Departamento de Educação, presentes o seu diretor, representantes da Liga de Defesa Nacional, de estabelecimentos de ensino secundário e primário, de associações desportivas e de escoteiros, ficou resolvido as festividades da Semana da Pátria-1 a 7 de setembro, obedecerão ao seguinte programa: dia 1º, início solene no Teatro Carlos Gomes; dias 2,3,4 e 6, comemorações em todos os colégios e escolas; dia 5, grande concentração e desfile de todos os estabelecimentos de ensino, entidades desportivas de escoteiros formando as escolas e colégios com os seu uniforme próprio e uma representação de esporte. A organização do programa geral está a cargo do diretor do Departamento de Educação e do maestro Valdemar de Almeida, diretor do Instituto de Música. O Monsenhor João da Matha, pela Liga de Defesa Nacional, o professor Acrisio Freire pelas Associações Desportivas e o professor Luiz Soares pelos escoteiros, tomarão as necessárias providências junto as instituições que representam (DEPARTAMENTO..., 1944, p. 2).

A Nota Oficial evidencia a articulação entre o Departamento de Educação e os estabelecimentos de ensino do Munícipio, sinalizando um esforço de mobilização entre o diretor do Departamento de Educação e os representantes das demais instituições para que tudo saísse conforme as determinações. As festas, como espetáculos públicos, mobilizavam um grande número de pessoas, dentre elas, os jovens escolares, alvo da atenção dos gestores da cultura cívica e da biopolítica do Estado Novo, seus pais, amigos e outros segmentos da população. Dois eventos do novo calendário cívico eram voltados exclusivamente para a mocidade: o Dia da Juventude e a Hora da Independência (PARADA, 2009). Isso não quer dizer que os mesmos fossem dispensados dos outros eventos de caráter patriótico, pelo contrário, eles eram obrigados a participar das comemorações cívicas, sobretudo, após a formação da Organização da Juventude Brasileira,

institucionalizada através do Decreto nº 2.072, em 8 de março de 1940, para "enquadrar toda a infância, dos 7 aos 11 anos, e toda a juventude, dos 12 aos 18 anos, no movimento de mobilização cívica nos moldes nacionalista do Estado novo" (PARADA, 2009, p. 109).

> O Brasil inteiro vai comemorar, solenemente, a data da sua independência. O nosso Estado prepara-se para tomar parte nas comemorações. Com a parada da juventude iniciam-se, amanhã, os festejos da grande data nacional, com o comparecimento dos alunos das escolas públicas e particulares, primárias, secundárias e profissionais, escoteiros, etc. As festas prosseguirão até o dia 7, quando se verificará um grande desfile na Praça 7 de setembro [...] (O INÍCIO..., 1940, p.1).

Não havia distinção entre os estabelecimentos de ensino, ou seja, todos os alunos independentemente da idade e da escola que estudavam eram "convidados" a participar da solenidade. Emerge um sentimento de comando, um penhor da "ordem" e do "progresso" que consagra os jovens aguerridos, disciplinados, brilhantes, aperfeiçoados fisicamente, destros, fortes, respeitadores. Unia-se a educação física à intelectual, a disciplina ao saber prático. Para mobilizar esses jovens, o dia 4 de setembro foi decretado feriado escolar em todo o país, para que todos "abrilhantassem" a Parada da Juventude, solenidade que abriria os festejos da Semana da Pátria:

> Sob os auspícios do Departamento de Educação, verificou-se hoje, pela manhã, a anunciada Parada da Juventude, em comemoração a data da Independência. A concentração de crianças na Praça Pedro Velho foi a maior de quantas temos presenciado. Ali estiveram presentes alguns milhares de alunos das escolas públicas e particulares, primárias secundárias e profissionais, além dos escoteiros. O Exmo Sr. Interventor Rafael Fernandes, acompanhado de suas casas civil e militar assistiu à concentração e ao desfile, do coreto central. Começou a solenidade com o Hino da Independência, cantado por todos os alunos e acompanhado pela banda da Força Policial [...]. Seguiu-se a preleção cívica do Dr. Américo de Oliveira Costa, que falou a mocidade com muitas vibrações e aplausos gerais. Foi cantado o Hino Nacional depois do que houve o desfile das escolas em homenagem às autoridades (REALIZOU-SE..., 1940, p. 1).

Inicialmente, a análise da reportagem nos levou a algumas indagações, pois de acordo com o jornal, o desfile da Parada da Juventude teria reunido "milhares de alunos". Entretanto, de acordo com o Censo de 1940, citado anteriormente, 80% da população natalense era analfabeta e cerca de 90% das crianças em idade escolar estavam fora da escola, então, será que realmente compareceram tantos alunos assim a esse desfile? Para Vargas, os jornalistas eram "os grandes propagandistas da transformação dos nossos costumes políticos e sociais" (A NOVA POLÍTICA DO BRASIL, 1938, p. 260). Assim, durante o Estado Novo, os jornais, transmissores da propaganda varguista, nas ocasiões festivas tendiam a enaltecer a grandiosidade dessas comemorações cívicas e enfatizar a afetividade e a alegria do povo brasileiro (CAPELATO, 2009), isso também fica perceptível no

trecho "[...] falou a mocidade com muitas vibrações e aplausos". Provavelmente, a intenção do jornal *A Ordem* era transmitir aos seus leitores a grandiosidade do desfile e o envolvimento de cada aluno ou cidadão, a animação dos escolares e o deslumbre dos seus pais.

O jornal também faz referência aos escoteiros, às "sentinelas da Pátria", como Vargas os chamavam, crianças e moços que são treinados no calor da batalha. Para o chefe da Nação, a experiência e o treinamento dos escoteiros contribuiriam "para pôr em marcha, vitoriosamente, esse empolgante movimento cívico" (COMO O CHEFE..., 1939, p.1). Para disciplinar o corpo da juventude, o governo vai se apropriar dos ideais do inglês Baden-Powell, criador do Escotismo, utilizando-o como mais uma estratégia para ajustar o corpo jovem ao modelo pretendido de disciplina, ordem e aprimoramento moral. Não obstante, o Estado por intermédio do Decreto-Lei 2.310 de 14 de junho de 1940, incorpora a Organização da Juventude Brasileira à União dos Escoteiros do Brasil (UEB)[7]. As palavras de ordem dos escoteiros eram adestramento e coordenação, associadas a outros hábitos como higienização, profilaxia, alimentação adequada, regularização da vida cotidiana e obediência inquestionável (OLIVEIRA, 2002, p. 242).

Na cidade do Natal, os escoteiros e os jovens escolares desfilavam lado a lado, formando pelotões de garbo e valor estéticos exaltados pela plateia que via o desfile e ouvia os seus passos. Nesse sentido, a frase do professor Luiz Soares, diretor da Associação de Escoteiros do Alecrim é elucidativa: "Nunca houve movimento cívico realizado nesta capital que os escoteiros do Alecrim não tomassem parte ativa" (FALA..., 1944, p. 4). Inculcar nos jovens a obediência, a disciplina moral e cívica para formar cidadãos conscientes e aptos a contribuir para a grandeza da nação, era o objetivo perseguido pelo Estado Novo. Era conveniente ao novo regime formar jovens que não contestassem a ordem política vigente.

Durante o Estado Novo, o jovem tornou-se uma preocupação constante das políticas públicas e sua presença, assim como os militares e trabalhadores, era algo frequente nas cerimônias cívicas (PARADA, 2009). No imaginário político do novo regime, o jovem era visto como reserva moral, que precisava ser cuidada e gerenciada, pois dele dependia a segurança e a estabilidade do regime:

> Na juventude tem a nação as suas reservas mais nobres e fortes. A ela é que competirá suceder, nos postos de direção do país, àqueles que hoje o conduzir no caminho do progresso material e moral, alicerçando as bases da nacionalidade, aumentando o patrimônio econômico e histórico da Pátria, tornando ainda mais digno e desejado o título de cidadão brasileiro. Sobre a juventude de hoje, pesam, assim altas responsabilidades, de

7 BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.310, de 14 de junho de 1940**. Incorpora a Juventude Brasileira à União dos Escoteiros do Brasil. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2310-14-junho-1940-412165-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16 jul. 2020.

> cuja perfeita compreensão, depende em grande parte o ardor patriótico com que ela há de devotar-se ao serviço do Brasil. Na escola do civismo procurando conhecer e imitar no amor à Pátria todos aqueles que concorrem para o seu engrandecimento, no estudo, na vida pública ou na carreira das armas, a juventude contemporânea robustecerá o seu caráter e se preparar para o desempenho da grande missão que lhe aguarda. Juventude generosa e altiva, é nela hoje que a nação deposita a sua confiança, dela é que espera o sacrifício de sangue indispensável para vencer nesta hora, os inimigos da sua honra e da sua soberania (O DIA DA JUVENTUDE, 1944, p.8).

Vargas incumbia à nova geração a tarefa de conduzir a obra de prosperidade e grandeza da nação, ou seja, à juventude era delegada a permanência do regime e a própria continuação da Pátria (PARADA, 2009), principalmente no contexto de envolvimento do Brasil no conflito da Segunda Guerra Mundial. Em Natal, esse discurso revestia-se de mais força devido ao fato da cidade conviver com os soldados norte-americanos e com os constantes treinamentos contra os possíveis ataques aéreos. Nesse contexto de guerra, toda a população natalense, inclusive os mancebos, era condicionada pela disciplina e pelo patriotismo:

> [...] A voz de comando deve ser ouvida com a única atenção de obedecer. E por isto a disciplina se impõe como condição do sentimento nacional. [...] É esta a hora em que devemos testemunhar o sentido patriótico que norteia nossas ações. Natal que habitamos e que tanto queremos é o ponto do continente que mais avançadamente se projeta para o oceano. Defendê-la é, pois, um dever de todos (FILHO, 1942, p.7).

Natal vivia o clima de nacionalismo efervescente e as cerimônias cívicas cumpriam a função de propagar e ritualizar esse nacionalismo, sobretudo, entre as crianças e jovens. O ufanismo estava oficializado em livros cheios de propagandas patrióticas, nacionalistas e de valorização do serviço militar em escolas, quartéis e grupos escoteiristas. Os livros didáticos adotados na sala de aula de algumas escolas, como *Coração* e os livros de leitura escritos por Felisberto de Carvalho, associados a romances como os de Júlio Verne, aumentavam o "espírito" nacionalista de professores e alunos, concorrendo para o desenvolvimento do gosto pelas invenções modernas, pela conquista do ar por Santos Dummont, pelo entusiasmo pela nação. Mas havia outros canais em que os símbolos heroicos eram propagados, como as "histórias" de Nick Carter, Sherlock Holmes e Búfalo Bill.

O período entre 1937 e 1945 constitui-se em um tempo de glorificações de novos ideais, em que a agilidade física, a velocidade intelectual, a rapidez de raciocínio eram celebradas nas escolas natalenses. O Brasil da "ordem e do progresso" necessitava de um Santos Dumont que lhe avivasse a fé num futuro messiânico. Santos Dumont foi classificado como o símbolo da capacidade

intelectual brasileira para obter triunfos de progresso técnico, mecânico, industrial. Ao lado de Dumont, outros homens eram celebrados como signos do "moderno" brasileiro, tais como Oswaldo Cruz, Saturnino de Brito[8], Vital Brasil, Delmiro Gouveia. Eram ditos como homens fortes, belos, eugênicos, embora Dumont fosse pálido, franzino, pequenino (FREYRE, 1990, p. 501 e 617).

O aperfeiçoamento moral, intelectual e físico da juventude era o objetivo pretendido pelos ideólogos do Estado Novo. O Decreto-Lei nº 905, de 27 de março de 1941, assinado pelo interventor interino do Estado do Rio Grande do Norte, Aldo Fernandes de R. Melo, ratifica esse objetivo. O Decreto institui o "Dia da Juventude Potiguar", comemorado no dia 19 de abril, data natalícia do presidente Getúlio Vargas. Não por acaso esse dia foi decretado feriado escolar em todo território norte-rio-grandense, para se constituir em um dia festivo no qual os jovens de Natal e de todo o Estado do Rio Grande do Norte prestariam homenagens cívicas à Pátria e ao chefe da nação. O Dia da Juventude Potiguar era, em certa medida, uma estratégia política de celebrar Getúlio Vargas, de trazê-lo à cena estadual, de fazê-lo herói de um novo tempo. Convém ainda lembrar que o Dia da Juventude era comemorado em todo o país e que o Estado do Rio Grande do Norte, assim como os outros Estados da União, considerando que "Getúlio Vargas credor mais uma vez da gratidão, do apreço e da admiração nacionais" aderiu a mais um movimento altamente patriótico, levando "Os alunos a trocarem os bancos das escolas pelos desfiles nas ruas das cidades [...] em homenagem ao senhor Vargas" (BENCOSTTA, 2004, p. 3).

A institucionalização do Dia da Juventude Potiguar se constitui em mais uma das práticas disciplinares que foi inscrita no corpo juvenil nesse período. O Estado Novo utilizou várias técnicas de dominação para adestrar a juventude e transformá-la em um corpo "submisso, exercitado e dócil". O 4º artigo do citado Decreto exemplifica bem isso: "Constarão principalmente do citado programa uma preleção, em cada estabelecimento educacional, sobre a personalidade do Presidente Getúlio Vargas, o papel da juventude e as suas obrigações para com a Pátria, e um desfile cívico" (RIO GRANDE DO NORTE, 1941). Era um "novo tempo" na escola, tempo esse em que a juventude era acionada pelo Estado, para lembrá-la, constantemente, da responsabilidade de sua "grande missão".

O desfile do Dia da Juventude Potiguar se constituía um momento importante e indispensável para o processo de construção do corpo juvenil. Era na ritualização da cerimônia que esse corpo tornava-se "nacional", ganhando uma identidade e um sentido de pertencimento à comunidade, entretanto, esse controle sobre o corpo juvenil não se limitava aos dias dos desfiles, as formas de "pacificação" e ordenamento se estendiam para todo o cotidiano dos jovens, desde o

8 Saturnino de Brito modernizou os sistemas de abastecimento de água e de esgotos do Recife, nas primeiras décadas do século XX.

controle social impresso nos espaços escolares ao controle do seio familiar. Não obstante, "as relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade" (LENHARO, 1986, p. 49).

"Querido símbolo da terra, da amada terra do Brasil"!

Os olhos liam os signos nacionais cotidianamente. Em capas de livros didáticos, de cartilhas escolares, de revistas de circulação nacional. Brasões figuravam em secretarias de educação e órgãos públicos. Bandeiras flamejavam e dançavam com o soprar do vento, encardidas, às vezes, pela areia fina das dunas de Natal; erguidas em mastros de madeira torneados de bronze cintilante pelo sol potiguar. Representações visuais que se misturavam a outras, como o Forte dos Reis Magos, o Teatro Carlos Gomes, as dunas que ilhavam a capital do Estado. Signos políticos, religiosos e naturais davam o tom cívico. Parecia que as dunas de Ponta Negra, mesmo a distância, celebravam os soldados americanos e a política varguista.

A bandeira era constantemente rememorada nas cerimônias cívicas, como um "objeto público ao qual os corpos disciplinados se referem com a deferência de um objeto sagrado" (PARADA, 2009, p. 127). A construção de uma identidade para o novo regime estava articulada à ideia de coesão nacional, ou seja, "uma só Pátria, um só Deus, uma só bandeira, um só regime, um só governo" (O DIA DA BANDEIRA, 1939, p.4). Para alcançar tal objetivo, o presidente Getúlio Vargas decretou, ainda no ano de 1937, a queima das bandeiras estaduais na cerimônia do Dia da Bandeira, realizada no Rio de Janeiro:

> Foi impressionante a festa da Bandeira. [...] terminada a missa o presidente Getúlio Vargas desceu do palanque oficial, acompanhado por todos os membros do seu governo, dirigindo-se ao grande mastro em frente ao Altar da Pátria, onde hasteou uma bandeira nacional. Ao mesmo tempo crianças das escolas públicas, hasteavam em 21 mastros, dispostas em círculo, 21 bandeiras nacionais, que simbolycamente substituíam as 21 bandeiras estaduais que seriam queimadas, logo após, na grande pyra acesa no centro da praça. A solenidade de incineração das bandeiras foi feita ao som do hino da bandeira. Ao mesmo tempo girandolas levavam aos ares grande número de bandeiras nacionais que desciam, lentamente, em pequenos paraquedas. Uma nuvem de pombos soltos no momento voara por sobre toda a praça completando a magnificência do espetáculo. A multidão em continuas salvas de palmas saudava, enthusiastycamente, a bandeira nacional [*sic*] (NO BRASIL SÓ EXISTE UMA ÚNICA BANDEIRA, 1937, p. 4).

A cerimônia de incineração das bandeiras representa o fim dos símbolos regionais e o

fortalecimento da nação. Os sotaques da nação, simbolizados nas bandeiras dos Estados, eram incinerados em nome de uma só linguagem, representada pelo verde-amarelo da flâmula nacional. A participação das crianças na solenidade simbolizava a energia da nova nação que estava se formando, na qual não há espaço para o culto de outros símbolos estaduais que não seja a bandeira brasileira, o conectivo que, segundo Parada (2009), integraria o cidadão à comunidade política, transformando-a em uma só unidade. Os pombos soltos no momento da incineração transmitem uma ideia de paz, de tranquilidade e segurança que o novo regime assegurava ao cidadão que, por sua vez, simbolizava a sua aprovação e adesão ao regime por meio do entusiasmo e das palmas.

Na cidade do Natal, o Dia da Bandeira também era comemorado com muita empolgação. As festividades eram organizadas pela Liga de Defesa Nacional, pelo Departamento de Educação e pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). De acordo com a edição do jornal *A Ordem*, de 19 de novembro de 1941, um vasto programa cívico foi planejado para comemorar a data, no qual constava o hasteamento da bandeira em todas as escolas, que aproveitavam a data para realizar a festa de encerramento do ano letivo, a exemplo do Grupo Escolar Frei Miguelinho, cuja festa, contava com a exposição dos trabalhos dos alunos e entrega dos certificados para os que tinham concluído o curso. Muitas autoridades, dentre elas, o prefeito da capital, o interventor federal, os diretores do DEIP e do Departamento de Educação e oficiais da Força Policial prestigiaram a festa.

O Grupo Escolar Augusto Severo organizou um festival cívico, realizado no Teatro Carlos Gomes, que contava com a entrega de certificados e com a encenação de peças teatrais, que glorificavam a bandeira nacional. O teatro político e patriótico era cantado e louvado pelos participantes. Em um só coro, vozes e palmas eram elevadas à bandeira. Nas sedes das repartições públicas, houve a cerimônia de hasteamento do pavilhão nacional, prestigiada pelos chefes de serviço e pelos funcionários.

Às 16 horas, ao som de passos, de vozes que se ordenavam em torno de um só objetivo, os alunos dos estabelecimentos de ensino da cidade se reuniram na Praça 7 de setembro para o desfile, onde a bandeira era rememorada e ritualizada. As palmas e vivas eram signos de uma nação que se rendia ao novo ideário, pois não eram só os alunos que se mobilizavam. Junto ao discipulado estudantil, as autoridades políticas, militares e um expressivo número de pessoas também compareciam ao desfile para reverenciar o pavilhão nacional. Sob as cores eleitas para a representação da nação, o desfile era orquestrado em vários tons e sons.

As festividades de aniversário do transcurso do Estado Novo

O 10 de novembro, data em que era comemorado o Estado Novo, simbolizava o início de um ordenamento sociopolítico, momento para celebrar as realizações do regime em voga. Para comemorar o primeiro transcurso do Estado Novo, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) organizou um programa com várias solenidades comemorativas, a exemplo da inauguração da avenida Getúlio Vargas, localizada no bairro de Petrópolis (Natal), parada trabalhista, inaugurações de retratos do presidente Vargas em estabelecimentos públicos, além de alguns discursos de exaltação da personalidade do chefe da nação, proferidos pelas autoridades políticas locais e uma missa campal, para celebrar "[...] a grande era de paz que o Estado Novo veio trazer ao Brasil e pelo futuro que se descortinava grandioso" (SENSACIONAL ENTREVISTA DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS..., 1938, p. 4).

A religião dava o toque de sacralidade ao novo regime, que se revestia de "uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas" (LENHARO, 1986, p. 18). A figura de Vargas é apresentada à população como "salvador", aquele que instalaria um novo tempo de paz e prosperidade social e econômica:

> Congregaram-se os brasileiros espalhados pela vastidão territorial da Pátria, para celebrar no dia de hoje, a instituição do Estado Nacional. Supervisor dos interesses gerais, o presidente Getúlio Vargas soube compreender, numa das horas mais difíceis da nossa vida política, a necessidade de sobrepor-se a todos os choques e entrechoques e implantar a orgânica do Estado em bases solidas, firmes, penetradas do mais seguro sentido de unidade. [...] Deus há de inspirar, o senhor presidente da República no sentido, de que nunca se afaste dessas normas que até agora tem sobranceiramente, sustentado repelindo sugestões malévolas, tomando atitudes enérgicas quando preciso (COMEMORA-SE...,1943, p.1).

Lenharo (1986) argumenta que a técnica de propaganda utilizada pelos ideólogos do Estado Novo explorou de forma exaustiva um dado clima de religiosidade peculiar das relações entre chefes e comandados que se consolida precipuamente no culto de devoção à Pátria. Getúlio é o guia espiritual, cujas palavras ao mesmo tempo são plácidas, energéticas e convincentes. Ele é a autoridade paterna, inspirada pelos poderes divinos, responsável por conduzir a família, a qual representa a nação, para a harmonia social e econômica. O chefe é representado nos jornais natalenses de maneira hagiográfica, isto é, como um domador de almas, um guia espiritual que deve se apresentar dignamente, com uma postura infalível, gestos equilibrados, palavras plácidas, mas firmes, enérgicas, que inoculem no ouvinte o respeito à pátria, ao lar e à religião.

A propaganda política empreendida nesse período insiste na imagem de uma comunidade

harmoniosa divulgada pelo rádio e pelas manifestações públicas, a exemplo das cerimônias cívicas, que "visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possiblidade de contestação" (LENHARO, 1986, p. 50). A data em que se comemorava o transcurso do Estado Novo era o momento de exaltar as realizações do governo, sobretudo, nas escolas:

> Associando-se as comemorações do 5º aniversário de instalação do Estado Novo, o Departamento de Educação determinou que sejam realizadas nas escolas preleções sobre o magno acontecimento, focalizando as ações construtivas do novo regime. Na Rádio Educadora de Natal, sob a orientação do DEIP também serão realizadas conferências, devendo falar, no dia 10 do corrente, o Senhor Interventor interino, Dr. Aldo Fernandes de Melo (AS FESTAS..., 1942, p. 1).

No espaço escolar, os corpos das crianças e jovens eram adestrados, moldados aos valores vigentes. Em outras palavras, era nas escolas que os símbolos eram difundidos para formar a consciência do pequeno cidadão. Nas comemorações do Estado Novo, os ideólogos do regime aproveitavam para inculcar nos escolares as realizações do governo, "que prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo" (CAPELATO, 2010, p. 123). O objetivo do Estado era docilizar os futuros cidadãos por meio do disciplinamento físico e moral, para que estes não ameaçassem o regime autoritário de Vargas.

A reportagem acima sinaliza, ainda, para o poder do rádio, dispositivo utilizado em larga escala pela propaganda política do Estado Novo. Seguindo o exemplo de Hitler que fez uso dos meios de comunicação para manipular as massas, o regime autoritário varguista utilizou o rádio para disseminar, por todo país, a imagem onipresente de Vargas, como também para se infiltrar de forma capciosa na intimidade cotidiana dos indivíduos (LENHARO, 1986). Para Capelato (2009, p. 86), o uso político do rádio cumpria a função de reprodução dos discursos, mensagens e notícias oficiais, além de divulgar "as atividades e qualidades do chefe e seus auxiliares com o objetivo de que fossem tomados como modelo de virtude pelos cidadãos".

Além das comemorações citadas anteriormente, destacamos as festas em celebração ao 1º de Maio, que reunia todas as classes de trabalhadores em uma "demonstração de apreço e solidariedade ao presidente Vargas, [...] que deu um novo e feliz rumo à vida da sua classe" (AOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE NATAL, 1939, p. 4) e o "Dia Pan-Americano, festejado no dia 14 de abril, no qual era celebrado o espírito de fraternidade que deve existir entre os povos do Novo Mundo. Desde os escolares aos homens do governo há um só pensamento nesta data continental: união e fraternidade americana" (DIA PAN-AMERICANO, 1936, p. 1).

Considerações finais:

Instalado por meio de um golpe, sem a participação popular, o Estado Novo precisava legitimar o exercício de seu poder por intermédio do apoio de amplos setores da sociedade, para isso, fez largo uso intensamente da propaganda política e da divulgação de signos nacionais. Nesse período, foram utilizados vários dispositivos propagandísticos, a exemplo dos panfletos, hinos, bandeiras, calendário cívico, peças teatrais, jograis, desfiles, dentre outros. Eram os jogos do poder teatralizando cada movimento. O novo calendário cívico, inaugurado nos primeiros anos do regime, contemplava diversas datas comemorativas que cumpriam a função de encenar os valores cívicos pretendidos pela nova ordem política. Na cidade do Natal-RN, a exemplo do que acontecia em todo o país, as pessoas se mobilizavam para participar dessas cerimônias, entendidas aqui como tecnologias de poder que incidiram sobre o corpo da população natalense, sobretudo, do corpo do jovem escolar, nesse período.

Especialmente, para essa parcela da população, considerada reserva política do novo regime, o Estado norte-rio-grandense, seguindo o exemplo de outros Estados, institui o Dia da Juventude Potiguar, "coincidentemente", festejado na data natalícia do presidente Getúlio Vargas. Dispensados das aulas, devido ao feriado escolar, as crianças e jovens de todos os estabelecimentos de ensino se reuniam em um grande desfile, no centro da cidade, para prestar homenagens ao chefe da nação. Entretanto, a participação deles não ficava restrita apenas a esse desfile, eles eram "convidados" a participar de todas as comemorações cívicas que ocorriam na cidade.

Essas cerimônias estavam articuladas ao processo de consolidação da política de massas e, consequentemente, a modelos de civilidade e a disseminação de padrões de comportamento de autocontrole e disciplina. No imaginário político do Estado Novo, a Nação, una e indivisível, deveria ser adorada e venerada através de seus símbolos, produtores de significados e valores cívicos, ritualizados nas cerimônias cívicas, responsáveis pela integração dos cidadãos à nação, formando assim, uma só unidade.

Ancorados nos pressupostos foucaultianos sobre o poder, constatamos que essas cerimônias, produtoras de sentidos, se constituíam em uma tecnologia de poder que adestrava, manipulava e moldava o "novo homem" para o "novo Brasil", que estava sendo construído pelo regime autoritário varguista. Não obstante, conforme assevera Schemes (2013), essas cerimônias ou festas cívicas estavam diretamente associadas à ideia de harmonia e felicidade coletiva, mascarando assim, os supostos conflitos que permeavam a sociedade. Destarte, a população natalense, que nesse período convivia com o medo iminente de um ataque aéreo, vislumbrava nessas cerimônias cívicas

um momento harmônico e feliz, de exaltação do nacionalismo e patriotismo. Ao celebrar a nação, as comemorações cívicas reforçavam o estado autoritário e legitimavam o vinho velho em odres novos.

Referências

AS FESTAS do 1º quinquênio do Estado Novo, nesta capital. *A Ordem*, Natal 06 de nov. 1942, p. 1.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1938.

AOS EMPREGADOS do comércio de Natal. *A Ordem*, 30 de abr. 1939, p. 4.

BENCOSTTA, Marcus. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3.; 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBHE, 2004. p. 1-13.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves**.** *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COMO o chefe da nação falou aos escoteiros do Brasil. *A República*, Natal, 21 de jun. 1939, p.1.

COMEMORA-SE hoje, em todo o Brasil, o 6º aniversário do Estado Nacional. *A Ordem*, Natal 10 de nov. 1943, p.1

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição Comunista de 1935*. Natal: EDUFRN, 2015.

DIA Pan-Americano. *A Ordem*, Natal, 14 de abr. 1936, p. 1.

DEPARTAMENTO de educação-Nota Oficial- As festas da Semana da Pátria. *A República*, Natal, 02 de set. de 1944, p. 2.

FALA a nossa reportagem o prof. Luiz Soares, presidente da Associação de Escoteiros do Alecrim. *A República*, 1944, p. 4.

FILHO, Filgueira. Disciplina. *A República*, Natal 23 de out. 1942, p. 7.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. Ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Lígia Maria Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 4 ed., Rio de Janeiro: Record, 1990.

GARCIA, Nélson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. Ed**.** eBooksBrasil, 2005.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociedade, lazer e esporte na Belle Époque (1900-1930)*. 2008, 139f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

NO BRASIL só existe uma única bandeira. *A Ordem,* Natal, 30 de nov. 1937, p.4.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30*). 2002, 348f. Tese (Doutorado em História) −Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

O DIA da Bandeira. *A República*, Natal 26 de nov. 1939, p.4.

O DIA da Juventude. *A Ordem*, Natal, 23/04/1944, p. 8.

O INÍCIO, amanhã, das comemorações do dia da Pátria. *A Ordem*, Natal, 03 de set. de 1940, p.1.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*. 2004, 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REALIZOU-SE hoje a Parada da Juventude. *A Ordem*, Natal 04 de set. de 1940, p.1.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 905, de 27 de março de 1941. Institui o Dia da Juventude Potiguar. *Livro de Atos de Decretos do governo do Rio Grande do Norte*, 1941.

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). *Dimensões*, vol. 30, 2013, p. 335-361.

SENSACIONAL entrevista do presidente Getúlio Vargas reafirmando as diretrizes do Estado Novo, *A Ordem*, Natal, 12 de nov. 1938, p. 1 e 4.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. Estado Novo: novas práticas? – A educação escolar no Liceu Industrial Rio Grande do Norte (1937-1942). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27; 2003. Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. p. 1-17.